

ANTÓNIO SOUSA RIBEIRO

MARGARIDA CALAFATE RIBEIRO (Orgs.)

Geometrias da memória: configurações pós-coloniais

GEOMETRIAS DA MEMÓRIA: CONFIGURAÇÕES PÓS-COLONIAIS

ANTÓNIO SOUSA RIBEIRO
MARGARIDA CALAFATE RIBEIRO

No ano de 2003, na sequência da Guerra do Iraque, dois dos mais destacados intelectuais europeus, Jürgen Habermas e Jacques Derrida, assinaram conjuntamente e fizeram publicar nos jornais *Frankfurter Allgemeine Zeitung* e *Libération* uma declaração intitulada «A nossa renovação. Depois da guerra: o renascimento da Europa».¹ O apelo teve grande ressonância e indiscutível significado. Nele se convoca a utopia de uma Europa capaz de se unir e de se refundar em torno de um programa fundamental de respeito pelo outro. Mas quem é este outro? Uma leitura atenta mostra que os autores têm em mente, antes de mais, o outro europeu. Da perspectiva de Habermas e Derrida, os muitos conflitos que marcaram e fizeram a Europa, permitindo explicar a «rica diversidade cultural» desta e levando a uma capacidade específica de lidar com a diferença, são, no essencial, conflitos intra-europeus (Habermas/Derrida, 2003: 294). Na verdade, a percepção de que uma parte fundamental da história da modernidade europeia se passou fora dos limites geográficos da Europa e, por outro lado, que a experiência colonial não transformou apenas diversas partes mais ou menos longínquas do mundo, mas revolucionou igualmente a Europa de forma radical – não sendo, por conseguinte, possível pensar o continente fora de um quadro global –, não surge nunca no texto. É apenas no breve parágrafo final que se faz referência ao facto de muitas nações europeias terem entretanto passado pela experiência da perda do império, estando, assim, em condições de «assumir uma distância reflexiva em relação a si próprias» e de assumir a responsabilidade pelo que, de modo marcadamente eufemístico, é carac-

¹ Numa versão um pouco diferente, o apelo viria a ser reproduzido na revista *Constellations* (Habermas/Derrida, 2003).

terizado como «a violência de um processo de modernização forçado e desenraizador» (*ibid.*: 297).²

É oportuno invocar este episódio, tanto mais revelador por se tratar da iniciativa bem intencionada de dois intelectuais inspirados por uma ideia radical de democracia,³ porque ele revela com clareza a forma como o inconsciente político europeu continua preso a um grande silêncio sobre a forma como a Europa moderna se constituiu historicamente enquanto tal através do processo da colonização de vastas partes do mundo e, concomitantemente, sobre o modo como essa longa duração histórica continua a plasmar de modo profundo o presente europeu. Em particular num momento como o actual, em que essa história recalcada regressa na forma fantasmática do «Islão» ou, de modo que não podia ser mais dramático, na forma dos milhões de refugiados à procura da perspectiva de futuro que lhes é negada nos locais de onde provêm (a acrescentar aos milhões entretanto já radicados, em muitos casos há dezenas de anos, em países europeus, mas agora crescentemente alvo, também eles, de discursos e actos populistas e xenófobos), torna-se irrecusável e premente uma reflexão que traga para o centro do debate as muitas incidências contemporâneas do passado colonial europeu. Na verdade, pensar a Europa pós-colonial implica perceber que aquilo que mais a definiu como Europa foi a vocação imperial – nas suas várias declinações – e que, conseqüentemente, a descolonização não foi apenas um movimento a Sul e que atingiu os países descolonizados. Foi também um movimento que atingiu e atinge radicalmente o continente colonizador que foi a Europa e que precisa de ser descolonizado, ou seja, precisa de reler o passado e a linguagem imperial e inequívoca em que foi narrado para melhor compreender o presente e pensar o futuro num tempo equivocadamente designado de guerra de civilizações. Um processo onde a Europa aprenda a vencer a sua condição de múltiplas nações pós-imperiais e a descolonizar-se das suas ex-colónias, o que marca uma brusca inversão de paradigmas históricos, produzindo outras narrativas continentais e criando de facto, assim, e só assim, uma verdadeira hipótese de comunidade.

² Não cabe aqui desenvolver um comentário sobre a forma como o texto assenta no equívoco conceito de uma «Europa nuclear» («*Kerneuropa*» ou «*core Europe*»), um conceito que interpreta positivamente as clivagens e assimetrias de poder que, pelo menos em parte, reproduzem no interior do espaço europeu modelos de percepção da diferença de raiz colonial.

³ Vale lembrar que se trata de dois autores cujas posições, muitas vezes, se tinham situado em campos antagónicos do pensamento filosófico. O texto foi escrito por Habermas, tendo Derrida sugerido aparecer como co-signatário, dado partilhar as teses fundamentais do apelo.

Neste processo de recentramento do debate em bases que recusem as rotinas de pensamento instaladas, a consideração do trabalho da memória tornou-se mais do que nunca num imperativo simultaneamente político e ético. Com efeito, como é bem patente no caso português, mas constitui um paradigma também observável em muitos outros casos, a intensidade das muitas declinações das memórias privadas, muitas vezes de segunda e terceira geração, não encontra correspondência na concomitante consolidação de uma memória pública robusta, capaz de construir pontos de convergência que permitam a construção de uma esfera pública crítica, que o mesmo é dizer, intolerante em relação a quaisquer manifestações de racismo, xenofobia ou, em geral, de toda a lógica excludente que, cada vez mais, ganha força na Europa. Um tal trabalho de memória terá, inevitavelmente, de fazer-se num quadro informado por uma reflexão pós-colonial, a única capaz de fazer justiça à complexidade dos vectores em presença, desde logo pela capacidade de manter presente em todas as circunstâncias o foco na desigualdade das relações de poder que marcou, e em muitos casos ainda marca, o relacionamento da Europa com os seus muitos Outros.

Na verdade, a partir do momento em que se assumiu como crítica radical à ordem do saber na modernidade e às pretensões universalistas do pensamento ocidental, a teoria pós-colonial demonstrou uma relevância transversal a todo o campo do conhecimento e adquiriu, assim, uma evidente centralidade na discussão contemporânea – de tal modo que pode dizer-se com segurança que as perspectivas pós-coloniais constituem um dos factores mais determinantes da transformação das ciências sociais e das humanidades nos nossos dias. Uma das conseqüências mais importantes está em que, através da reivindicação da perspectiva do colonizado, o pensamento pós-colonial restitui a noção da pluralidade do mundo e da pluralidade dos modos de conhecimento, submetendo, assim, a uma crítica intransigente a narrativa unidireccional da modernidade e, em geral, todas as abordagens tendentes à imposição do modelo de uma «história única» verberado num discurso entretanto tornado famoso da escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie.

Neste processo, o campo dos estudos de cultura não ficou imune. Pelo contrário, ao constituir-se como espaço plural de renovação epistemológica, o campo do pensamento pós-colonial potencia a transmigração e recodificação de conceitos centrais para a análise da política, da sociedade e da cultura – como, entre muitos outros, nação, nacionalismo, hegemonia, memória, identidade, diáspora, cidadania, tradução – enriquecendo-os com novas possibilidades e, assim, não apenas alar-

gando, mas também reperspectivando de muitas maneiras o terreno do conhecimento. Deste modo, o pensamento pós-colonial afirma a sua vocação transversal e institui-se como uma vertente fundamental da teoria crítica contemporânea.

Um dos contributos de maiores consequências dos estudos pós-coloniais está na percepção de que a relação colonial não é simplesmente unidireccional, antes afecta inevitavelmente todos os intervenientes, constituindo aquilo que Edward Said, numa expressão de grandes consequências metodológicas, denominou «*intertwined histories*», «histórias entrelaçadas» (Said, 1993). Esta percepção do encontro com a diferença na forma de uma história «entrelaçada» constitui um pressuposto basilar de qualquer conceito de tradução, o que faz da tradução um dos conceitos mais fortes da análise pós-colonial. O acto de subsumir, de assimilar, corresponde, como pode ler-se, nomeadamente, em Theodor W. Adorno, a exercer poder no domínio conceptual. Pelo contrário, onde há articulação sem assimilação existe a possibilidade de que se gere uma dinâmica híbrida com a potencialidade de desestabilizar a aparente fixidez dos termos em relação e, assim, de dar visibilidade a domínios da experiência e do discurso até aí silenciados.

Foi assim que os estudos pós-coloniais puderam revolucionar em muitos aspectos os estudos de cultura. Mas fizeram-no, como já referido, de uma forma que põe em causa um conjunto de dicotomias estabelecidas, nomeadamente a dicotomia entre cultura e política. Na verdade, a discussão recorrente sobre um possível viés «culturalista» de algumas vertentes dos estudos pós-coloniais está condenada à esterilidade. Sabemos bem, pelo menos desde Voloshinov e Bakhtine, que o campo do discurso concebido como espaço de dialogicidade, isto é, de intersecção, negociação e confronto entre diferentes vozes, correspondentes a outras tantas posições no jogo social, é profundamente político – o signo verbal é «uma arena da luta de classes», escrevia Voloshinov em 1928 (Voloshinov, 1973: 23). Conceber as relações de hibridação como processos de tradução impede, por definição, a diluição de fronteiras que marca as versões acriticas daquele conceito e mantém presente a irredutibilidade de relações de conflito. São os termos dos processos de tradução, os quais são sempre locais e contingentes, de resultado não previsível à partida, que definem o resultado, sempre provisório, da permanente negociação das diferenças e das fronteiras que constitui o mundo da vida e das interações sociais – o espaço da dialogicidade no sentido de Bakhtine, enquanto espaço de articulação de diferenças irredutíveis. É neste quadro que a diferença colonial pode ser pensada em toda a sua complexidade, incluindo as muitas representações, narrativas e interpretações de que é objecto nos discursos públicos e privados de um tempo em

que a marca das fracturas coloniais permanece muito para além do fim do regime político da colonização.

É neste contexto que o trabalho da memória se revela inseparável da dimensão do político e se perfila como um campo de análise fundamental. A memória pós-colonial é, por definição, multidireccional, no sentido em que é dialógica e assenta no princípio de que a concorrência das memórias não significa nunca menos, mas sim mais memória, mas também no sentido em que está sempre consciente de que se articula inevitavelmente no seio de uma rede marcada por relações assimétricas e por dimensões de conflito. É, ainda, transterritorial e transnacional, uma vez que se trata de uma memória partilhada em territórios e em contextos nacionais diversos. Essa partilha, que traz profundamente inscrita a marca de uma história de violência, não se confunde com um conceito de comunidade, mesmo que se baseie em patrimónios – a começar pelo da língua – que são comuns. Ela faz-se, sim, de diferentes maneiras e a partir de pontos de vista muitas vezes diferentes ou antagónicos, gerando uma rede de complexidades que não é abarcável senão por abordagens suficientemente atentas à especificidade dos contextos. Por outro lado, como é próprio de todo o trabalho de memória, a apropriação, sempre selectiva, do passado faz-se num presente projectado para um futuro – a desestabilização dos quadros de referência que os processos de deslocalização e de translocalização característicos das formas de mobilidade, voluntária e forçada, contemporâneas acarretam consigo fazem com que os quadros sociais da memória se transformem e ganhem dimensões de ambivalência crescentemente sujeitas a lógicas interculturais.

O presente volume lança uma reflexão sobre o conjunto de questões expostas, abordando temas relevantes para uma análise do modo como constelações do passado, nomeadamente do passado colonial, se projectam e condicionam o presente: na forma de conceber a relação com o outro, na arquitetura das relações de poder, na persistência de formas de violência, nas dinâmicas através das quais o campo político e cultural procura articular uma estratégia virada para a construção de um futuro que não constitua uma repetição do passado. Originalmente concebido no âmbito do programa de doutoramento em Pós-Colonialismos e Cidadania Global do Centro de Estudos Sociais / Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (e cumpre-nos agradecer a Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses, que conosco dividiam a coordenação desse programa, pela partilha do impulso inicial para esta publicação), o livro ganhou a sua forma definitiva no âmbito do projecto *MEMOIRS: Filhos de Império e pós-memórias europeias* do Centro de Estudos

Sociais da Universidade de Coimbra, financiado pelo European Research Council e dirigido por Margarida Calafate Ribeiro. A interrogação do tempo europeu contemporâneo a partir de diferentes contextos históricos e de diferentes países – França, Bélgica e Portugal – visada por este projecto encontra no conjunto de textos aqui incluídos uma primeira abordagem, a partir de temáticas e perspectivas muito variadas. MEMOIRS estuda a diversidade da Europa contemporânea, olhando para o impacto das memórias coloniais e dos processos de descolonização e independências africanas das ex-colónias nas gerações seguintes, as daqueles para quem tudo isto seria já história mas, muitas vezes, se transforma também em pós-memória, pela densidade da dimensão de cruzamento das suas memórias de família com as memórias públicas. Aqueles que cresceram, foram marcados e influenciados por esses processos históricos e os reconhecem ou interrogam nos gestos políticos que se prolongam, nas palavras pronunciadas, nas narrativas e acções ou ainda nas representações que eles próprios criam. MEMOIRS interroga a geometria e a geopolítica das memórias europeias, exigindo-nos uma Europa e uma democracia com memória. É assim que, por entre a diversidade dos contributos inseridos neste volume – o primeiro de uma colecção que irá reunir um conjunto de títulos relevantes para a temática do projecto –, esperamos que seja facilmente reconhecível um programa de investigação virado, no essencial, para a densidade do contemporâneo, enquanto espaço de cruzamento de dinâmicas múltiplas permeadas por continuidades e rupturas que não podem ser simplesmente compreendidas a partir do presente, antes exigem a profundidade de uma análise em que história e memória se iluminam reciprocamente.

Uma apresentação caso a caso dos capítulos que compõem este livro obrigaria a alongar este prefácio muito para além dos limites do razoável. Cada um desses textos fala por si, na sua articulação, explícita ou implícita, com o programa atrás sumariamente traçado. Trata-se, em todos os casos, de momentos de uma reflexão em curso, articulada com um conjunto de temáticas desde sempre fortemente presentes nos interesses de investigação do Centro de Estudos Sociais e dos seus programas de formação avançada, e que encontra agora, no âmbito do projecto MEMOIRS, um espaço de congregação específico. Aos autores e autoras, que se dispuseram, em vários momentos, a habitar este espaço de diálogo e generosamente nos ofereceram o seu contributo, é devido um agradecimento sincero. Às Edições Afrontamento, que aceitaram acolher no seu programa de publicações este volume e a colecção que com ele tem início, igualmente um muito obrigado.

Referências bibliográficas

- Habermas, Jürgen; Jacques Derrida (2003), «February 15, Or What Binds Europeans Together: A Plea for a Common Foreign Policy, Beginning at the Core of Europe», *Constellations*, 10(3), 292-97.
- Said, Edward W. (1993), *Culture and Imperialism*. New York: Knopf.
- Voloshinov, V. N. (1973), *Marxism and the Philosophy of Language*. Trad. Ladislav Matejka e I. R. Titunik. New York / London: Seminar Press.